



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

### SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

#### Divisão de Gestão de Parcerias

Rua Libero Badaró, 119, 3º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01009-000

Telefone: 3113-8000

**Edital Nº CPB/008/2019/SMDHC/ODH**

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº CPB/008/2019/SMDHC/ODH**

**PROCESSO SEI Nº 6074.2019/0001836-5**

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SMDHC**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n. 07.420.613/0001-27, com sede na Rua Libero Badaró n. 119, Centro, CEP 01009-000, representada pela Senhora **BERENICE MARIA GIANNELLA**, com fundamento na Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014 e no Decreto Municipal n. 57.575 de 29 de dezembro de 2016, torna público o presente Edital de Chamamento Público, visando à seleção de Organizações da Sociedade Civil – OSCs, na área de direitos humanos, interessadas em celebrar **TERMO DE COLABORAÇÃO**, que tem por objeto a gestão dos Núcleos de Atendimentos em Direitos Humanos, vinculados à Ouvidoria de Direitos Humanos da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, responsável pela coordenação e supervisão do serviço, implantadas nas subprefeituras da cidade, preferencialmente, em unidades do Descomplica SP, devendo apresentar suas propostas no local e nas datas identificadas neste Edital.

### 1. DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

1.1. A finalidade do presente Chamamento Público é a seleção de OSCs, por meio da seleção de propostas, para a celebração de Termo de Colaboração com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros, conforme condições estabelecidas neste Edital.

1.2. O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, pelo Decreto Municipal nº 57.575 de 29 de dezembro de 2016, e pelos demais normativos aplicáveis, além das condições previstas neste Edital.

1.3. Poderão ser selecionadas até 03 (três) propostas, observada a ordem de classificação e a disponibilidade orçamentária, para a celebração dos termos de colaboração, considerando os objetivos estatutários ou regimentais das OSCs específicos à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como a compatibilidade de seus objetivos com o objeto do instrumento a ser pactuado e a sua experiência comprovada documentalmente na área de direitos humanos.

1.3.1. A OSC poderá concorrer em até 03 (três) lotes, devendo apresentar proposta individual para cada lote e indicar em campo específico o lote a qual estará concorrendo, conforme descrição a seguir:

- Lote 1: Núcleo de Direitos Humanos de Capela do Socorro e Núcleo de Direitos Humanos de Jabaquara.
- Lote 2: Núcleo de Direitos Humanos de São Miguel Paulista e Núcleo de Direitos Humanos de São Mateus.
- Lote 3: Núcleo de Direitos Humanos de Santana e Núcleo de Direitos Humanos da Penha.

1.4. O prazo de vigência do Termo de Colaboração será de 24 (vinte e quatro) meses.

1.5. O valor referencial destinado para a consecução da parceria consta do **Anexo IV – Referências para Proposta de Plano de Trabalho**.

## **2. OBJETO E OBJETIVOS DO TERMO DE COLABORAÇÃO**

2.1. O termo de colaboração terá por objeto a gestão dos núcleos de atendimentos em Direitos Humanos vinculados à Ouvidoria de Direitos Humanos da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, responsável pela coordenação e supervisão do serviço implantado nas Subprefeituras da cidade, preferencialmente, em unidades do Descomplica SP.

2.2 A parceria terá como objetivo geral ampliar a capacidade da Secretaria Municipal de Direitos Humanos de recebimento e encaminhamento de denúncias de violações de direitos humanos e de promoção do acesso da população a direitos e serviços públicos.

2.3. A parceria terá como objetivos específicos:

2.3.1. Descentralizar o atendimento à população, ampliando a capacidade da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de recebimento e encaminhamento de denúncias de violações de direitos humanos e de promoção do acesso a direitos e serviços públicos;

2.3.2. Prestar atendimento especializado – psicossocial e jurídico – nos territórios, articulando com os demais serviços públicos a atenção integral e humanizada às demandas, sob a coordenação da Ouvidoria de Direitos Humanos da SMDHC;

2.3.3. Qualificar o diagnóstico das demandas territoriais a partir das informações produzidas pelos atendimentos de forma a subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas nas respectivas regiões da cidade;

2.3.4. Ampliar o acesso a informações e orientações sobre direitos humanos e serviços públicos voltados a populações em situação de vulnerabilidade, bem como fomentar reflexões e práticas inclusivas, não discriminatórias e protetivas de direitos humanos nos territórios.

## **3. JUSTIFICATIVA**

3.1. A justificativa é a constante do **Anexo IV**, item 1.2, deste edital, sendo parâmetro para dados e as informações sobre a política, o plano, o programa ou a ação em que se insira o objeto deste edital, visando, dentre outras razões, orientar a elaboração das metas e indicadores da proposta e do plano de trabalho pela OSC.

## **4. PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO**

4.1. Poderão participar deste edital as OSCs, assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas “a” e “b”, da Lei n. 13.019/2014 e do Decreto Municipal n. 57.575/2016.

4.2. Para participar deste edital, a OSC deverá declarar, conforme modelo constante no **Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância**, que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital e seus anexos, bem como que se responsabilizam pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção, sob pena de responder criminalmente pelas informações inverídicas.

4.3. Não é permitida a atuação em rede.

## **5. REQUISITOS E IMPEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO**

5.1. Para a celebração do termo de colaboração, a OSC deverá atender aos seguintes requisitos:

a) Ter objetivos estatutários ou regimentais específicos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado (art. 33, caput, inciso I, e art. 35, caput, inciso III, da Lei n. 13.019/2014);

- b) Ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da OSC, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei n.º 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, caput, inciso III, Lei n. 13.019/2014);
- c) Ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, caput, inciso IV, Lei n. 13.019/2014);
- d) Possuir, no momento da celebração do Termo de Colaboração, no mínimo 01 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ (art. 33, caput, inciso V, alínea “a”, da Lei n. 13.019/2014);
- e) Possuir experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de natureza semelhante;
- f) Possuir instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da OSC, conforme Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, caput, inciso V, alínea “c” e §5º, da Lei no 13.019/2014 e art. 39 do Decreto Municipal n. 57.575/2016);
- g) Deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, caput, inciso V, alínea “c” e § 5º, da Lei n. 13.019/2014);
- h) Apresentar os documentos previstos no item 8.2.4 deste edital, na forma do art. 33 do Decreto Municipal n. 57.575/2016 combinado com o art. 34, caput, inciso II, da Lei n. 13.019/2014;
- i) As sociedades cooperativas deverão atender às exigências previstas na legislação específica e ao disposto nos itens “b”, “d”, “e”, “f” e “g”, estando dispensadas do atendimento aos requisitos previstos nos itens “a” e “c”.

## 5.2. Ficar impedida de celebrar o termo de colaboração a OSC que:

- a) Não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional (art. 39, caput, inciso I, da Lei n. 13.019/2014);
- b) Esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada (art. 39, caput, inciso II, da Lei n. 13.019/2014);
- c) Tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas (art. 39, caput, inciso III e §§ 5º e 6º, da Lei n. 13.019/2014);
- d) Tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou se for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição ou se, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo (art. 39, caput, inciso IV, da Lei no 13.019/2014);
- e) Tenha sido punida, nos últimos 3 (três) anos, em qualquer das penalidade a seguir, conforme Art. 73 da Lei 13.019 de 2014: suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a

administração; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública; suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria; declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria;

f) Tenha tido as contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos (art. 39, caput, inciso VI, da Lei n. 13.019/2014);

g) Tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992 (art. 39, caput, inciso VII, da Lei n. 13.019/2014);

h) Esteja inscrita no Cadastro Informativo Municipal - CADIN Municipal.

5.3. A verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria (arts. 33 e 34 da Lei nº 13.019/2014) e a não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria (art. 39 da Lei nº 13.019/2014) é posterior à etapa competitiva de julgamento das propostas, sendo exigível apenas da(s) OSC(s) selecionada(s), nos termos do art. 28 da Lei Federal nº 13.019/2014.

## **6. COMISSÃO DE SELEÇÃO**

6.1. A Comissão de Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente chamamento público, constituída por ato da Secretária de Direitos Humanos e Cidadania, na forma do artigo 24 do Decreto Municipal n. 57.575/2016, conforme publicação do extrato deste edital no Diário Oficial da Cidade (DOC).

6.2. Deverá se declarar impedido membro da Comissão de Seleção que tenha participado, nos últimos 05 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro, bem como ser cônjuge ou parente, até terceiro grau, inclusive por afinidade, dos administradores da organização da sociedade civil e ter ou ter tido relação de emprego com qualquer das organizações da sociedade civil participantes do chamamento público (art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei n. 13.019/2014 e art. 24, §§3º e 4º do Decreto Municipal n. 57.575/2016).

6.3. A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital (art. 27, §§ 1º a 3º, da Lei n. 13.019/2014).

6.4. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.

6.5. A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

## **7. DA FASE DE SELEÇÃO**

7.1. A fase de seleção observará as seguintes etapas:

### **ETAPAS DA FASE DE SELEÇÃO**

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA
1	Publicação do Edital de Chamamento Público
2	Envio das propostas pelas OSC
3	Abertura e avaliação das propostas pela Comissão de Seleção
4	Divulgação do resultado preliminar
5	Interposição de recursos contra o resultado e de contrarrazões
6	Análise dos recursos e das contrarrazões
7	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas, se houver

**Tabela 1 – Etapas da fase de seleção**

7.1.1 Os prazos concedidos aos órgãos da Administração poderão sofrer modificações, na forma da lei e nos termos deste edital.

## **7.2. Etapa 1: Publicação do Edital de Chamamento Público.**

7.2.1. O presente Edital será divulgado na íntegra em página do sítio eletrônico oficial da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) na internet – [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos\\_humanos/](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/) e seu extrato no Diário Oficial da Cidade de São Paulo (DOC), com prazo de 30 (trinta) dias corridos para o recebimento de propostas, contado da data de publicação do Edital.

7.2.2 Qualquer pessoa ou OSC poderá impugnar o edital de chamamento, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para apresentação das propostas, em versão impressa, na Rua Líbero Badaró, nº 119, 3º andar, das 10h às 18h.

7.2.3 A solicitação de impugnação não impedirá a OSC impugnante de participar do chamamento.

7.2.4 Não será recebida solicitação de impugnação, caso apresentada manuscrita, fora do prazo, local e horário previsto neste edital, bem como que não esteja subscrita pelo representante da OSC ou por procurador habilitado regular e legalmente.

7.2.5 A solicitação de impugnação deverá ser julgada em até 4 (quatro) dias úteis do seu recebimento, sendo que o seu resultado deve ser publicado no DOC.

7.2.6 Não caberá recurso da decisão que indeferir a impugnação deste edital.

## **7.3. Etapa 2: Envio das propostas pelas OSC.**

7.3.1. As propostas de plano de trabalho serão apresentadas pelas OSC em envelope fechado e com identificação da instituição proponente e meios de contato, com a inscrição “Proposta – Edital de Chamamento Público nº CPB/008/2019/SMDHC/ODH, concorrendo para o LOTE \_\_\_\_\_”.

7.3.2. A proposta de plano de trabalho, em três vias impressas, deverá ter todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente e, ao final, ser assinada pelo representante legal da OSC proponente. Também deve ser entregue uma cópia em versão digital (*pendrive* ou *CD ROM*) da proposta.

7.3.3. As propostas de plano de trabalho deverão ser entregues na Ouvidoria de Direitos Humanos, localizada na Rua Líbero Badaró nº 119, 1º andar, Centro, no período das 10h às 18h, de segunda-feira a sexta-feira, no prazo do item 7.2.1.

7.3.4. Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados pela Administração Pública Municipal.

7.3.5. Cada OSC poderá apresentar mais de uma proposta, sendo uma por lote. Caso venha a apresentar mais de uma proposta dentro do prazo, poderá celebrar termo de colaboração para até três lotes, sendo escolhidas as melhores classificadas, por lote.

7.3.6. As propostas de plano de trabalho deverão conter, no mínimo, as seguintes informações, que devem ser apresentados conforme o **Anexo V**:

a) Dados da organização e descrição da experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

b) Descrição da realidade que será objeto da parceria e o nexos entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

c) Descrição de atividades ou projetos a serem executados, bem como a definição de metas a serem atingidas e de indicadores para sua aferição, incluindo prazo para a execução das atividades e para o cumprimento de metas;

d) Previsão de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria, incluindo o valor total da parceria;

7.3.7 A proposta de plano de trabalho deverá vir acompanhada dos seguintes documentos:

a) **Anexo I**

b) Estatuto

c) Ata de eleição

d) Declaração de capacidade física, material, técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos e para o cumprimento das metas propostas.

7.3.8. Para comprovação do item “d”, a OSC poderá enviar também, anexa à proposta de plano de trabalho, sem prejuízos de outros, quaisquer dos seguintes documentos (conforme Art. 25 do Decreto nº 57.575 de 2016):

a) Instrumentos de parceria firmados com órgãos e entes da Administração Pública, organismos internacionais, empresas ou com outras organizações da sociedade civil;

b) Declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas;

c) Publicações e pesquisas realizadas ou outras formas de produção de conhecimento;

d) Currículo dos profissionais responsáveis pela execução do objeto;

e) Prêmios locais ou internacionais recebidos.

7.3.9 As exigências listadas no item 7.3.6 serão analisadas com base nos critérios de pontuação dispostos no item 7.4 deste Edital, observado o modelo previsto no **Anexo V - Proposta de Plano de Trabalho**, bem como o conteúdo do **Anexo IV - Referências para Proposta de Plano de Trabalho**.

#### 7.4. Etapa 3: Abertura e avaliação das propostas pela Comissão de Seleção

7.4.1. Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção fará a abertura e a análise das propostas apresentadas pelas OSCs concorrentes.

7.4.2. A Comissão de Seleção fará a abertura de propostas em até 05 (cinco) dias úteis após o término do período de envio, sendo todos os atos lavrados em ata.

7.4.3. A Comissão de Seleção fará o julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de sua abertura, podendo tal prazo ser prorrogado desde que devidamente justificado e conforme publicação no DOC.

7.4.4. A análise e o julgamento de cada proposta será realizada pela Comissão de Seleção, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento, desde que observados os critérios objetivos de julgamento estabelecidos na Tabela 2.

7.4.5. A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados na Tabela 2:

<b>CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS</b>		
<b>Críticos de julgamento</b>	<b>Metodologia de pontuação</b>	<b>Pontuação máxima por item</b>
<b>(A)</b> Congruência da proposta para o alcance das metas nelas indicadas.	- Grau pleno de atendimento (5,0 pontos). - Grau satisfatório de atendimento (2,5 pontos). - Grau insatisfatório de atendimento (0,0 pontos)	<b>5</b>
<b>(B)</b> Capacidade de cumprimento das metas estabelecidas.	- Grau pleno de atendimento (5,0 pontos). - Grau satisfatório de atendimento (2,5 pontos). - Grau insatisfatório de atendimento (0,0 pontos).	<b>5</b>
<b>(C)</b> Compatibilidade entre os valores apresentados na proposta e as informações contidas neste edital.	- Grau pleno de atendimento (5,0 pontos). - Grau satisfatório de atendimento (2,5 pontos).	<b>5</b>

	- Grau insatisfatório de atendimento (0,0 pontos)	
<b>(D)</b> Compatibilidade entre a especificação e a qualificação dos recursos humanos que disponibilizarão para o serviço.	- Grau pleno de atendimento (5,0 pontos). - Grau satisfatório de atendimento (2,5 pontos). - Grau insatisfatório de atendimento (0,0 pontos)	<b>5</b>
<b>(E)</b> Qualidade das experiências sociais da proponente e a compatibilidade delas com o tipo de serviço a ser executado, à luz do currículo de experiências sociais e das declarações de reconhecimento de suas práticas emitidas por instituições governamentais, de reconhecida expressão, nacional ou internacional.	- Grau pleno de atendimento (4,0 pontos). - Grau satisfatório de atendimento (2,0 pontos). - Grau insatisfatório de atendimento (0,0 pontos)	<b>4</b>
<b>(F)</b> Capacidade de realizar parcerias com a sociedade civil e com a rede de serviços públicos, visando atender as demandas da parceria e as dos usuários.	- Grau pleno de atendimento (4,0 pontos). - Grau satisfatório de atendimento (2,0 pontos). - Grau insatisfatório de atendimento (0,0 pontos)	<b>4</b>
<b>TOTAL</b>		<b>28 Pontos</b>
<p><b>SUMÁRIO:</b></p> <p>– <b>GRAU PLENO:</b> o critério é completamente condizente com a descrição do objeto apresentado, em sua forma, metodologia, tempo de execução e organização de recursos humanos e financeiros necessários;</p> <p>– <b>GRAU SATISFATÓRIO:</b> o critério é parcialmente condizente com a descrição do objeto apresentado. Sua forma, metodologia, tempo de execução ou organização de recursos humanos e financeiros necessários não foram suficientemente atingidos; e</p> <p>– <b>GRAU INSATISFATÓRIO:</b> o critério não foi condizente com a descrição do objeto apresentado ou houve fuga da temática.</p>		

**Tabela 2 – Critérios de julgamento de proposta**



7.4.6. A falsidade de informações nas propostas acarretará a eliminação da proposta, podendo ainda ser aplicada sanção administrativa contra a instituição proponente, com a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

7.4.7. Serão eliminadas aquelas propostas:

1. Cujas pontuação total for inferior a 10,0 (dez) pontos;
2. Que recebam nota “zero” nos critérios de julgamento (A), (B), (C), (D);
3. Que não observem em sua totalidade o item 7.3.6; ou
4. Com valor incompatível com o objeto da parceria, a ser avaliado pela Comissão de Seleção à luz da estimativa realizada e de eventuais diligências complementares, que atestem a inviabilidade econômica e financeira da proposta, inclusive à luz do orçamento disponível.

7.4.8. As propostas não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, por lote, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela 2, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.

7.4.9. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (A).

7.4.9.1. Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (B), (C) e (D);

7.4.9.2. Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituição. Persistindo o empate, a OSC inscrita na Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social - CEBAS e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

7.4.10. Será obrigatoriamente justificada a seleção de proposta que não for a mais adequada ao valor de referência constante do chamamento público, levando-se em conta a pontuação total obtida e a proporção entre as metas e os resultados previstos em relação ao valor proposto (art. 27, §5o, da Lei no 13.019/2014).

**7.5. Etapa 4: Divulgação do resultado preliminar** A administração pública divulgará o resultado preliminar do processo de seleção na página do sítio eletrônico oficial da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania na internet – [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos\\_humanos/](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/) e no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, iniciando-se o prazo para recurso.

**7.6. Etapa 5: Interposição de recursos contra o resultado preliminar e de contrarrazões.** Haverá fase recursal após a divulgação do resultado preliminar do processo de seleção.

7.6.1. Os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da publicação do resultado no DOC, ao colegiado que a proferiu, sob pena de preclusão. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

7.6.2. Os recursos poderão ser apresentados na Ouvidoria de Direitos Humanos, localizada na Rua Líbero Badaró n. 119, 1º andar, Centro, no período das 10h às 18h, de forma impressa.

7.6.3. É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, preferencialmente por via eletrônica, arcando somente com os devidos custos.

7.6.4. Caso a administração pública receba recurso cujo teor questione classificação de outra organização, esta será notificada por endereço eletrônico indicado para comunicação. A OSC interessada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do envio da notificação pela administração pública, poderá interpor contrarrazão, na forma do item 7.6.2.

### **7.7. Etapa 6: Análise dos recursos e das contrarrazões pela Comissão de Seleção.**

7.7.1. Havendo recursos e contrarrazões aos recursos, a Comissão de Seleção os analisará.

7.7.2. Recebido os recursos e as contrarrazões, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do fim do prazo para recebimento do recurso ou das contrarrazões, quando houver, ou, dentro desse mesmo prazo, encaminhar o recurso a Secretária de Direitos Humanos e Cidadania, com as informações necessárias à decisão final.

7.7.3 Das decisões da comissão de seleção, caberá um único recurso à Secretária de Direitos Humanos e Cidadania em até 05 (cinco) dias úteis contados da publicação do resultado no DOC, nos termos do §2º, Art. 28, do Decreto 57.575 de 2016.

7.7.4. A decisão final do recurso, devidamente motivada, deverá ser proferida no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contado do recebimento do recurso. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato decisório. Não caberá novo recurso contra esta decisão.

7.7.5. Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito do órgão ou entidade responsável pela condução do processo de seleção.

7.7.6. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**7.8. Etapa 7: Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas, se houver.** Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, a titular da Pasta deverá homologar e divulgar, na *página do* sítio eletrônico oficial da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania na internet – [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos\\_humanos/](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/) e no Diário Oficial da Cidade, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

7.8.1. A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria (art. 27, §6º, da Lei no 13.019/2014).

7.8.2. Após o recebimento e julgamento das propostas, havendo uma única entidade com proposta classificada (não eliminada), e desde que atendidas às exigências deste Edital, a Administração Pública poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocá-la para iniciar o processo de celebração.

## **8. DA FASE DE CELEBRAÇÃO**

8.1. A fase de celebração observará as seguintes etapas até a assinatura do instrumento de parceria:

<b>ETAPAS DA FASE DE CELEBRAÇÃO</b>	
<b>Etapa</b>	<b>Descrição da etapa</b>
<b>1</b>	Convocação da(s) OSC(s) selecionada(s) para apresentação do plano de trabalho e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais.
<b>2</b>	Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais e análise do plano de trabalho.
<b>3</b>	Parecer de órgão técnico, parecer jurídico, autorização, assinatura do termo de colaboração e publicação.

**Tabela 3 – Etapas da fase de celebração**

**8.2. Etapa 1: Convocação da(s) OSC(s) selecionada(s) para apresentação do plano de trabalho e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais.** Para a celebração da parceria, a Divisão de Gestão e Parceria convocará, via comunicação eletrônica, a OSC selecionada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a partir da convocação, apresentar o seu Plano de Trabalho e a documentação elencada no item 8.2.4, exigida para comprovação dos requisitos para a celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos legais (arts. 28, caput, 33, 34 e 39 da Lei no 13.019/2014).

8.2.1. Por meio do plano de trabalho, a OSC selecionada deverá apresentar o detalhamento da proposta submetida e aprovada no processo de seleção, com todos os pormenores exigidos pela legislação (em especial o art. 22 da Lei no 13.019/2014), observados os **Anexos IV – Referências para Proposta de Plano de Trabalho e V – Proposta de Plano de Trabalho**.

8.2.2. O plano de trabalho deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) A descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexos com a atividade ou o projeto proposto e com as metas a serem atingidas;
- b) A forma de execução das atividades ou dos projetos e do cumprimento das metas a eles atreladas, indicando, quando cabível, as ações que demandarão atuação em rede;
- c) A descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas;
- d) A definição dos indicadores bem como dos documentos e de outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;

e) A estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, bem como o valor total da parceria;

f) Os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso.

8.2.3. A previsão de receitas e despesas de que trata o subitem “e” do item 8.2.2. deste Edital deverá incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, para cada item, podendo ser utilizadas cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas, atas de registro de preços vigentes ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público. Para a aquisição de material imobilizado e contratação de recursos humanos, a OSC deverá apresentar a cotação de preços de, no mínimo, 03 (três) fornecedores, sendo admitidas cotações de sítios eletrônicos, desde que identifique a data da cotação e o fornecedor específico.

8.2.4. Além da apresentação do plano de trabalho, a OSC selecionada, também será convocada, em 02 (dois) dias úteis, para comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no inciso I do caput do art. 2º, nos incisos I a V do caput do art. 33 e nos incisos II a VII do caput do art. 34 da Lei nº. 13.019/2014, e a não ocorrência de hipóteses que incorram nas vedações de que trata o art. 39 da referida Lei, que serão verificados por meio da apresentação dos seguintes documentos:

1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, demonstrando sua existência jurídica há, no mínimo, 1 (um) ano;
2. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND/INSS) para comprovar a regularidade perante a Seguridade Social;
3. Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, para comprovar a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, nos termos da Orientação Normativa nº. 1, de 2012 da Procuradoria Geral do Município - PGM, quando houver contratação de mão de obra com verbas oriundas da Fazenda Municipal ou ainda como forma de contrapartida;
5. Certidão Negativa de Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo;
6. Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo;
7. Certidão Negativa de Tributos Municipais – Mobiliários, comprovando a regularidade perante a Fazenda do Município de São Paulo;
8. Certidão Negativa de Tributos Municipais – Imobiliários, ou certidão de rol nominal, no caso da organização da sociedade civil proponente não ser proprietária de imóveis na Cidade de São Paulo;
9. cópia de comprovante de inexistência de pendências no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN Estadual);
10. Cópia de comprovante de inexistência de pendências no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Municipais (CADIN Municipal);
11. Estatuto Social e ata de eleição e posse da diretoria em exercício, registrados em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;
12. Cópias do Cadastro de Pessoa Física e do documento de identificação do responsável legal da entidade;
13. Balanço patrimonial e demonstrativo de resultados de exercício relativo ao ano anterior;
14. Comprovação do regular funcionamento da organização da sociedade civil no endereço registrado no CNPJ, nos termos do inciso VII do artigo 34 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014, que poderá ser feita por meio de contas de consumo de água, energia elétrica, serviços de telefonia e outras da espécie ou, ainda, por meio dos documentos necessários à comprovação da capacidade técnica e operacional da entidade, conforme previsto no artigo 25 do Decreto Municipal 57.575/2016;
15. Ficha de dados cadastrais, comprovando inscrição no Cadastro de Contribuintes Mobiliários da Prefeitura de São Paulo;
16. Comprovante de regularidade de inscrição no Cadastro Municipal de Entidades do Terceiro Setor (CENTS);
17. Declaração de não-impedimento, conforme **Anexo VI**;

18. Relação nominal atualizada dos dirigentes, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles;
19. Declaração, conforme **Anexo II**, firmada por todos os membros da diretoria da entidade e conselho fiscal, de que não incidem nas hipóteses de inexigibilidade, conforme estabelecido na Emenda nº. 35 à Lei Orgânica do Município de São Paulo, nos termos do Art. 7 do Decreto Municipal nº. 53.177/2012 (Ficha Limpa);
20. Declaração, conforme **Anexo VIII**, indicando o número da conta bancária geral cadastrada no Banco do Brasil, conforme o Art. 51 da Lei nº. 13.019/2014, e conta específica a ser utilizada exclusivamente para o projeto;
21. Extrato bancário da conta específica a ser utilizada para a parceria, conforme especificações do Art. 51 da Lei 13.019 de 2014 a qual não poderá ser alterada durante a vigência da parceria, salvo por motivo de força maior alheio à vontade da Entidade;
22. Declaração de autorização para crédito em conta corrente para a transferência dos recursos, conforme estabelecido no § único do Art. 2º do Decreto Municipal 51.197/2010 (Ficha de Atualização do Cadastro de Credores - FACC);
23. Certidão de qualificação OSCIP, quando for o caso.
24. Comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de, no mínimo, um ano de capacidade técnica e operacional, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:
  - o Instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;
  - o Relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;
  - o Publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela OSC ou a respeito dela;
  - o Currículos profissionais de integrantes da OSC, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;
  - o Declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; e
  - o Prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela OSC.

8.2.4.1 As certidões e comprovações de que tratam os subitens do item 8.2.4 deverão ser apresentadas dentro dos respectivos prazos de validade.

8.2.4.2 Os documentos elencados nos subitens 17, 18, 19, 20, 21 e 23 terão o prazo de validade de cento e oitenta dias corridos, contados da data de expedição.

8.2.4.3 Não serão aceitos protocolos de pedidos de certidão como comprovantes de regularidade fiscal.

8.2.4.4 A apresentação dos documentos citados no item 8.2.4, quando tratar-se de processo eletrônico, deverá ser realizada em formato digital, podendo exigir-se a apresentação, na forma original, dos documentos que não possuam certificação, com subsequente devolução à entidade após conferência.

8.2.4.5 Serão consideradas regulares as certidões positivas com efeito de negativas, na forma da lei.

**8.3. Etapa 2: Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais e análise do plano de trabalho.** Esta etapa consiste no exame formal, a ser realizado pela Divisão de Gestão de Parcerias (DGP), do atendimento, pela OSC selecionada, dos requisitos para a celebração da parceria, de que não incorre nos impedimentos legais e cumprimento de demais exigências descritas na Etapa anterior, bem como na análise, pela Ouvidoria de Direitos Humanos, do plano de trabalho.

8.3.1. Caso a DGP verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a OSC será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de não celebração da parceria.

8.3.2. A Ouvidoria de Direitos Humanos examinará o Plano de Trabalho apresentado pela OSC selecionada ou, se for o caso, pela(s) OSC(s) imediatamente mais bem classificada(s) que tenha(m) sido convocada(s).

8.3.2. Somente será aprovado o Plano de Trabalho que estiver de acordo com as informações já apresentadas na proposta apresentada pela OSC, observados os termos e as condições constantes neste Edital e em seus anexos. Para tanto e com vistas a adequações decorrentes do momento do início da execução, a Ouvidoria de Direitos Humanos poderá indicar a realização de ajustes no plano de trabalho.

8.3.3. Nos termos do §1º do art. 28 da Lei n. 13.019/2014, na hipótese de a OSC selecionada não atender aos requisitos previstos na Etapa 1 da fase de celebração, incluindo os exigidos nos arts. 33 e 34 da referida Lei, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada.

8.3.4. Em conformidade com o §2º do art. 28 da Lei n. 13.019/2014, caso a OSC convidada aceite celebrar a parceria, ela será convocada na forma da Etapa 1 da fase de celebração e, em seguida, proceder-se-á à verificação dos documentos na forma desta Etapa 2. Esse procedimento poderá ser repetido, sucessivamente, obedecida a ordem de classificação.

#### **8.4. Etapa 3: Parecer de órgão técnico, parecer jurídico, autorização, assinatura do termo de colaboração e publicação.**

8.4.1. A celebração do instrumento de parceria dependerá da adoção das providências impostas pela legislação regente, incluindo a emissão do parecer técnico sobre o plano de trabalho pela Ouvidoria de Direitos Humanos, a emissão de parecer jurídico, autorização da Titular da SMDHC, empenho orçamentário para execução da parceria, assinatura do termo, publicação do extrato, do termo de colaboração na íntegra, das designações do gestor da parceria e da Comissão de Monitoramento e Avaliação..

8.4.2. Caso seja constatada pela Ouvidoria de Direitos Humanos ou pela Assessoria Jurídica a necessidade de adequação no Plano de Trabalho enviado pela OSC, a DGP solicitará a realização de ajustes e a OSC deverá fazê-lo em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da solicitação apresentada.

8.4.3. A aprovação do plano de trabalho não gerará direito à celebração da parceria.

8.4.4. Caso haja a aprovação do plano de trabalho e a assinatura do termo de colaboração for conveniente e oportuna para a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, será publicado no DOC o despacho autorizatório para assinatura do termo de colaboração.

8.4.5 Após a assinatura do termo de colaboração pela Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e pelo dirigente da OSC, será publicado, no DOC, o extrato do termo de colaboração, a indicação do gestor da parceria e os nomes dos integrantes da subcomissão de monitoramento e avaliação, conforme Portaria 06/SMDHC/ 2019.

8.4.6 O termo de colaboração somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública (art. 38 da Lei nº 13.019/2014).

8.4.7 O termo de colaboração será publicado na íntegra no sítio eletrônico da SMDHC.

8.4.8. No período entre a apresentação da documentação prevista na Etapa 1 da fase de celebração e a assinatura do instrumento de parceria, a OSC fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

8.4.9 A OSC deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver.

#### **9. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO**

9.1. Os créditos orçamentários necessários ao custeio das despesas relativas ao presente Edital são provenientes da dotação programática 34.10.14.122.3018.8.260.3.3.50.39.00.00.

9.2. Os recursos destinados à execução dos termos de colaboração deverão seguir as determinações sobre empenho, liquidação e pagamento da legislação em vigor.

9.3. É vedada a realização das seguintes despesas com os recursos destinados à execução dos termos de colaboração:

- não previstas no Plano de Trabalho;
- fora do município de São Paulo, exceto as despesas com materiais e serviços que comprovadamente sejam de preço menor do que dos fornecedores do Município de São Paulo;
- com o pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público de qualquer esfera de governo, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública ou parente de dirigente da entidade, inclusive por serviços de consultoria ou assistência técnica;
- com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, salvo se tratar de encargos de mora comprovadamente decorrentes unicamente de atraso na liberação de repasses por culpa exclusiva da administração pública, e no caso dos termos de fomento e de colaboração, em que se admitem despesas com taxas bancárias exclusivamente da conta específica da parceria;
- com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades, servidores públicos, representantes ou dirigentes da organização da sociedade civil parceira;
- com a aquisição de veículos automotores de qualquer natureza, exceto quando houver relação direta com o objeto da parceria e desde que sua destinação seja bem fundamentada;
- que não guardem nexos de causalidade com a execução do objeto, ainda que em caráter de emergência;
- com ornamentação e cerimonial; e
- com táxi, locação de veículos, combustível e estacionamento para funcionários da administração da entidade, exceto para atividades que se limitem a visitas ao domicílio dos beneficiários ou para o local de realização do projeto, quando este for diverso da sede da entidade, bem como para veículos utilizados pelos beneficiários do objeto da parceria.

9.4. O valor total de recursos disponibilizados será proporcional ao tempo do exercício orçamentário em vigor. Nos casos das parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias será indicada nos orçamentos dos exercícios seguintes.

9.5. As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, observado o disposto no art. 48 da Lei n. 13.019/2014.

9.6. Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do art. 42, nos arts. 45 e 46 da Lei n. 13.019/2014. É recomendável a leitura integral dessa legislação, não podendo a OSC ou seu dirigente alegar, futuramente, que não a conhece, seja para deixar de cumpri-la, seja para evitar as sanções cabíveis.

9.7. Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho, as previstas no art. 46 da Lei Federal n. 13.019/2014.

9.8. É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

9.9. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei n. 13.019/2014.

9.10. O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e a conveniência administrativas. A seleção de propostas não obriga a administração pública a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

## **10. CONTRAPARTIDA**

10.1. Não será exigida contrapartida nesta parceria.

## **11. DISPOSIÇÕES FINAIS**

11.1. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos do prazo final para apresentação das propostas, exclusivamente de forma eletrônica, pelo e-mail: [smdhcouvidoria@prefeitura.sp.gov.br](mailto:smdhcouvidoria@prefeitura.sp.gov.br). Os esclarecimentos serão prestados pela Ouvidoria de Direitos Humanos.

11.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo administrativo e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

11.3. Eventual modificação no Edital decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

11.4. A Ouvidoria de Direitos Humanos resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

11.5. A qualquer tempo, o presente edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

11.6. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei n. 13.019/2014.

11.7. A administração pública não cobrará das organizações concorrentes preço público para participar deste Chamamento Público.

11.8. Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das organizações concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da administração pública.

11.9. A destinação, ao término da parceria ou no caso de extinção da organização da sociedade civil parceira, dos bens remanescentes decorrentes de despesas realizadas com recursos públicos será prevista no termo de colaboração.

11.10. A subcomissão de monitoramento e avaliação será designada pela SMDHC, na forma do art. 5º da Portaria SMDHC 06 de 2019.

11.10.1 A Comissão de Monitoramento e Avaliação homologará o relatório de monitoramento e avaliação, previsto no art. 59 da Lei n. 13.019/2014.

11.10.2 A Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá valer-se de apoio técnico nos termos do § 1a do art. 58 da Lei n. 13.019/2014.



11.11. Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância

Anexo II – Declaração do Art. 39, inciso III da Lei 13.019/2014 e Art. 37 do Decreto Municipal 57.575/2016, Art. 7º, inciso XXXIII da CF/88 e Relação dos Dirigentes da Entidade

Anexo III – Referências para Proposta de Plano de Trabalho

Anexo IV – Instrumental de Supervisão Técnica

Anexo V – Proposta de Plano de Trabalho

Anexo VI – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos

Anexo VII – Minuta do Termo de Colaboração

Anexo VIII – Declaração de Conta Corrente Específica

Anexo IX – Declaração de Ficha Limpa

São Paulo, 19 de julho de 2019

**Berenice Maria Giannella**

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

PROCESSO Nº 6074.2019/0001836-5



Documento assinado eletronicamente por **Berenice Maria Giannella, Secretário Municipal de Direitos Humanos e Cidadania**, em 22/07/2019, às 17:04, conforme art. 49 da Lei Municipal 14.141/2006 e art. 8º, inciso I do Decreto 55.838/2015



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.prefeitura.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.prefeitura.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **019109615** e o código CRC **0B160B18**.

## ANEXOS AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N. CPB/008/2019/SMDHC/ODH

### ANEXO I - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Declaro que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público nº CPB/008/2019/SMDHC/ODH e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

São Paulo/SP, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

## **ANEXO II - DECLARAÇÃO DO ART. 39 INCISO III DA LEI 13.019/2014 E ART. 37 DO DECRETO MUNICIPAL 57.575/2016, ART 7o, INCISO XXXIII DA CF/88 E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE**

Declaro para os devidos fins, em nome da *[identificação da organização da sociedade civil – OSC]*, nos termos dos arts. 39, inciso III da Lei Federal no 13.019/2014 e 37 do Decreto Municipal no 57.575/2016, que:

I. Não há no quadro de dirigentes abaixo identificados:

(a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal; e nem

(b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea “a”.

*Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5o, da Lei no 13.019/2014);*

## **RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE**

**Nome do dirigente e Carteira de identidade, órgão Endereço residencial,**

**Cargo que ocupa na OSC expedidor e CPF telefone e e-mail**

II. Não contratará com recursos da parceria, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colaterais ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

III. Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados:

(a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal;

(b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colaterais ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

(c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privada de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;

(d) organização da sociedade civil que estiver inscrita no CADIN municipal, exceto nos casos em que não houver transferência de recursos financeiros; e

(e) para os fins do artigo 39, inciso III, da Lei Federal no 13.019, de 2014, considera-se dirigente de órgão ou ente da Administração Pública o titular da unidade orçamentária, o Subprefeito, o Secretário Adjunto, o Chefe de Gabinete, o dirigente de ente da Administração Indireta e aqueles que detêm competência delegada para a celebração de parcerias.

IV. Não possui menores de 18 (dezoito) anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menores de 16 (dezesesseis) anos realizando qualquer trabalho, salvo nas condições de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF/88;

V. Declara que nada deve a Fazenda do Município de São Paulo.

São Paulo/SP, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

.....  
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

## **ANEXO III - REFERÊNCIAS PARA PROPOSTA DE PLANO DE TRABALHO**

### **1. Caracterização dos Núcleos de Direitos Humanos**

Os núcleos de atendimentos em Direitos Humanos serão unidades descentralizadas vinculadas a Ouvidoria de Direitos Humanos da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, responsável pela coordenação e supervisão do serviço, implantadas nas subprefeituras da cidade, preferencialmente, em unidades do Descomplica SP. Trata-se de serviço de escuta, registro, orientação e encaminhamento prestado por equipes multidisciplinares constituídas por especialistas aptos aos atendimentos psicossocial e jurídico às demandas apresentadas.

#### **1.1. Público beneficiário**

Pessoas em situação de alta vulnerabilidade e/ou que tenham direitos violados dos territórios abrangidos.

#### **1.2. Justificativa**

Desde 2002, a Prefeitura do Município de São Paulo presta um serviço de atendimento e acolhimento de denúncias de violação de Direitos Humanos e demandas individuais de pessoas em situação de alta vulnerabilidade, notadamente da população em situação de rua. Antes denominada de Balcão de Atendimentos em Direitos Humanos, a Ouvidoria de Direitos Humanos, vinculada à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, é a responsável pela prestação do referido serviço.

O atendimento ao munícipe que procura o serviço é realizado por equipe multidisciplinar, com profissionais das áreas de assistência social, psicologia e direito, que fazem a escuta humanizada das demandas trazidas pela população e dão a estas o devido tratamento ou encaminhamento.

Atualmente o atendimento presencial acontece de segunda a sexta-feira, no horário das 10h às 16h, na região central – Rua Doutor Falcão Filho, 69, e se soma aos atendimentos das solicitações abertas pelo Portal de Atendimento SP156 e pela Central Telefônica 156.

No entanto, pensando em uma cidade das dimensões de São Paulo, entendemos que este serviço deva ser expandido para todos os territórios da cidade, com vistas a absorver suas demandas e a promover uma cultura de cidadania e valorização da diversidade, reduzindo as manifestações de discriminação de todas as naturezas e violações a direitos fundamentais.

Nesse sentido, o Programa de Metas da cidade de São Paulo apresentado para o período 2017 – 2020, o governo assumiu o compromisso de implantar núcleos de atendimento nos territórios da cidade, ampliando a capacidade da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos e do acesso aos serviços públicos pela população de toda a cidade.

O projeto resulta do diagnóstico de que a rede de acesso a direitos (promoção, informação e denúncia) é descontinuada na cidade. O Disque 100 do governo federal recebeu, em 2015, oito vezes mais denúncias ou relatos sobre violações de direitos humanos no município de São Paulo do que o balcão de atendimentos da

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, localizado na região central. A extensão do território se soma à disparidade entre as regiões administrativas no que se refere às vulnerabilidades, o que exige do poder público municipal fortalecimento e qualificação de sua capacidade administrativa.

### 1.3. Objetivo geral

Ampliar a capacidade da Secretaria Municipal de Direitos Humanos de recebimento e encaminhamento de denúncias de violações de direitos humanos e de promoção do acesso da população a direitos e serviços públicos.

### 1.4. Objetivos específicos

- a. Descentralizar o atendimento à população, ampliando a capacidade da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de recebimento e encaminhamento de denúncias de violações de direitos humanos e de promoção do acesso a direitos e serviços públicos;
- b. Prestar atendimento especializado – psicossocial e jurídico – nos territórios, articulando com os demais serviços públicos a atenção integral e humanizada às demandas, sob a coordenação da Ouvidoria de Direitos Humanos da SMDHC;
- c. Qualificar o diagnóstico das demandas territoriais a partir das informações produzidas pelos atendimentos de forma a subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas nas respectivas regiões da cidade;
- d. Ampliar o acesso a informações e orientações sobre direitos humanos e serviços públicos voltados a populações em situação de vulnerabilidade, bem como fomentar reflexões e práticas inclusivas, não discriminatórias e protetivas de direitos humanos nos territórios.

### 1.5. Especificação do serviço

#### 1.5.1. Unidades

1.5.1.1. Os núcleos, que serão inaugurados conforme previsão em cronograma abaixo, terão técnicos fixos responsáveis pelo primeiro atendimento e pelo agendamento para o atendimento especializado pela equipe multidisciplinar, que atuará em regime rotativo em duas unidades.

<b>Lote 1</b>	<b>Previsão de inauguração</b>
Capela do Socorro	Outubro de 2019
Jabaquara	Dezembro de 2019
<b>Lote 2</b>	<b>Previsão de inauguração</b>
São Miguel Paulista	Em operação
São Mateus	Novembro de 2019
<b>Lote 3</b>	<b>Previsão de inauguração</b>
Santana	Agosto de 2019

**1.5.1.2.** A inauguração dos Núcleos de Direitos Humanos está condicionada à inauguração das unidades Descomplica SP que os abrigará, considerando a necessidade de contratação prévia para participação dos trabalhadores em capacitação própria.

**1.5.1.3.** Todos os colaboradores receberão capacitação oferecida pela Contratante para atuação nas praças de atendimento do DescomplicaSP e para a prestação do serviço específico dos núcleos.

**1.5.1.4.** A infraestrutura física das unidades, bem como todas as provisões materiais e tecnológicas, serão fornecidas pela Contratante.

## **1.5.2. Funcionamento**

De segunda a sexta-feira das 8h às 17h, com atendimento especializado agendado, com possibilidade de realização de atividades complementares aos fins de semana de acordo com programação informada pela Contratante.

## **1.5.3. Atividades**

O serviço prestado pelos núcleos é regulamentado pela Portaria nº 002/SMDHC/2019 e abrange atendimento inicial, atendimentos especializados social, psicológico e/ou jurídico e articulação territorial.

### **1.5.3.1. Atendimento inicial**

- Atendimento presencial contínuo; recepção, escuta qualificada e registro do atendimento utilizando sistema próprio da Prefeitura; encaminhamento de demandas aos órgãos competentes; agendamento das entrevistas com a equipe de especialistas; apoio à equipe de especialistas nos atendimentos agendados; orientação sobre políticas e benefícios sociais e sobre a rede de equipamentos públicos do território, e emissão de relatórios e ofícios referente aos atendimentos.

### **1.5.3.2. Atendimento Multidisciplinar:**

- O Núcleo de Direitos Humanos deve realizar atendimento multidisciplinar com equipe de especialistas. O atendimento é mediante agendamento ou encaixe, havendo disponibilidade e oportunidade. O atendimento deve ser realizado conjuntamente pelos especialistas cada um com seu enfoque:

**1.5.3.2.1. Enfoque Social:** acolhimento, encaminhamento e proteção social às pessoas que sofre violação de direitos; encaminhamento das demandas aos órgãos competentes; atuação integrada aos órgãos públicos da Assistência Social e do Judiciário; atendimento a casos que não necessitam especificidade de uma área, e emissão de relatórios e ofícios referente aos atendimentos.

**1.5.3.2.2. Enfoque psicológico:** a escuta psicológica, enfoque no comportamento verbal e não verbal (discurso, gestos e atitudes); orientações relativas à saúde mental e ao bem estar físico e psíquico; encaminhamento à rede pública de saúde; atuação integrada aos órgãos públicos da Assistência Social e do Judiciário; atendimento a casos que não necessitam especificidade de uma área, e emissão de relatórios e ofícios referente aos atendimentos.

**1.5.3.2.3. Enfoque jurídico:** escuta ativa, disponibilizando acesso à orientação jurídica; análise dos casos individuais; encaminhamento das demandas aos órgãos competentes, e emissão de relatórios e ofícios referente aos atendimentos.

### **1.5.3.3. Articulação territorial**

- Registro de manifestações em decorrência do atendimento multidisciplinar; encaminhamento das manifestações à Ouvidoria de Direitos Humanos; acompanhamento sobre o andamento e resposta à pessoa manifestante; mapeamento dos serviços e atores da rede local de proteção de direitos; encaminhamento do indivíduo para rede e atuação conjunta para resolução de casos; oferta de orientação sobre como acessar serviços, direitos e benefícios.

#### **1.5.4. Inserção no território, trabalho em rede e ação integrada**

**1.5.4.1.** Os núcleos deverão ainda desenvolver articulação com a rede de proteção social e políticas públicas do território na perspectiva da intersetorialidade, visando a promoção dos direitos humanos e a superação das condições de vulnerabilidade da população no território.

**1.5.4.2.** As equipes dos núcleos poderão também apoiar ações territorializadas da Ouvidoria de Direitos Humanos tais como mutirões de atendimento programados ou em resposta a situações emergenciais, ações pontuais de sensibilização e ações de promoção dos Direitos Humanos nos territórios de atuação, mediante compensação de horas.

### **1.6. Metas**

**1.6.1.** As metas a serem apresentadas deverão abranger, no mínimo: número de atendimentos iniciais, número de atendimentos especializados, nível de satisfação do cidadão com o serviço prestado, avaliação de qualidade dos atendimentos supervisionados.

#### **1.6.2. Metas mínimas:**

- Média de 50 atendimentos iniciais mensais; 85% de satisfação do cidadão com o serviço de atendimento;
- Média de 30 atendimentos especializados mensais;
- Avaliação de bom/adequado em ao menos 80% dos atendimentos supervisionados conforme **Anexo IV**.

Outras metas quantitativas e qualitativas a serem atingidas que tenham relação direta com os objetivos da parceria e permitam verificar objetivamente se seu objeto foi cumprido podem ser acrescentadas pela organização.

#### **1.6.3. Metas complementares**

Metas podem ser definidas nos seguintes termos, dentre outros:

**1.6.3.1. Processos** – relativos ao modo de organização dos trabalhos;

**1.6.3.2. Produtos** – consistentes na quantidade de produtos gerados ou serviços prestados; e

**1.6.3.3. Impacto** – consistentes nos efeitos da atuação da organização executante sobre a realidade objeto da parceria.

**1.7. Meios de verificação:** as organizações deverão apresentar todas as informações, qualitativas e quantitativas, físicas ou eletrônicas que permitam verificar objetivamente se as metas definidas foram cumpridas, bem como os meios de comprovação a serem utilizados, disponibilizando em tempo real à ODH dados de seus atendimentos.

**1.7.1.** Questionário de avaliação do cidadão: os colaboradores contratados pela organização da sociedade civil selecionada serão objeto de constante avaliação pela população atendida, por meio de ferramenta de avaliação disponibilizada nos locais de atendimento ou metodologia de avaliação complementar.

**1.7.2.** Base de dados de atendimento: as organizações deverão manter atualizada a base de dados de atendimento da ferramenta informatizada indicada pela SMDHC para o serviço dos núcleos, preenchendo corretamente os instrumentais disponibilizados.

## **1.8. Ferramentas de monitoramento e avaliação:**

**1.8.1.** Supervisão remota: a SMDHC apontará servidor supervisor técnico do atendimento a quem cabe visitar os serviços, orientar presencialmente ou por outro meio de comunicação, acompanhar os atendimentos e garantir a compatibilidade das informações do atendimento com a base de dados da ODH.

**1.8.2.** Reuniões de acompanhamento: deverão haver reuniões mensais de monitoramento do serviço entre a SMDHC e Cidadania e a organização da sociedade civil.

**1.8.3.** Relatórios mensais de acompanhamento: as organizações deverão enviar mensalmente relatório com dados quantitativos e qualitativos do atendimento e principais ações realizadas no período, segundo modelo fornecido pela SMDHC.

**1.8.4.** Relatórios de prestação de contas parcial e final: as organizações deverão enviar relatórios de prestação de contas parcial e final conforme legislação vigente.

## **1.9. Relação com a Ouvidoria de Direitos Humanos**

A efetividade das ações estará vinculada à capacidade de articulação entre os setores da política de direitos humanos e demais políticas públicas, pois somente assim se alcança a convergência governamental, como pacto de ação coletiva, necessária à cidadania plena das populações em situação de vulnerabilidade e aos grupos sociais minoritários.

Os núcleos deverão estar em permanente diálogo e articulação com a Ouvidoria de Direitos Humanos, que será responsável pela mediação com a gestão do Descomplica SP e demais órgãos público, quando necessária, e pela comunicação das diretrizes e procedimentos da SMDHC.

## **1.10. Detalhamento dos recursos humanos**

<b>Função</b>	<b>Perfil do profissional</b>	<b>Atribuições</b>	<b>Vínculo</b>	<b>Carga Horária</b>
Atendente	Ensino superior em Ciências Humanas com experiência comprovada em atendimento ao usuário, defesa de direitos ou promoção da cidadania.	Prestar acolhimento inicial, disponibilizar informações sobre os serviços da ouvidoria e da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, realizar agendamento para o atendimento multidisciplinar.	CLT	40 horas semanais.
Técnico –Serviço social	Superior em Serviço Social, com inscrição regularizada no Conselho de Serviço Social, experiência, inclusive estágio, comprovada em atendimento ao usuário, defesa de direitos ou promoção da cidadania e boa capacidade de redação oficial.	Realizar atendimento especializado, identificando e orientando demandas na sua área de especialidade em conjunto com a equipe interdisciplinar.	CLT	30 horas semanais, conforme Lei 12.317/2010 que dispõe sobre a duração do trabalho do Assistente Social

Técnico– Psicologia	Superior completo em Psicologia, com inscrição regularizada no Conselho Regional de Psicologia, experiência, inclusive estágio, comprovada em atendimento ao usuário, defesa de direitos ou promoção da cidadania e boa capacidade de redação oficial.	Realizar atendimento especializado, identificando e orientando demandas na sua área de especialidade em conjunto com a equipe interdisciplinar.	CLT	30 horas semanais.
Técnico– Direito	Superior completo em Direito, com inscrição regularizada na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), experiência, inclusive estágio, comprovada em atendimento ao usuário, defesa de direitos ou promoção da cidadania e boa capacidade de redação oficial.	Realizar atendimento especializado, identificando e orientando demandas na sua área de especialidade em conjunto com a equipe interdisciplinar.	CLT	30 horas semanais.
Interlocutor Técnico	Superior completo, com experiência comprovada na área de Direitos Humanos e promoção da cidadania, boa redação oficial e, preferencialmente, com experiência em gestão de equipe e prestação de contas.	Realizar acompanhamento dos processos de trabalho das equipes e as atividades da supervisão técnica da ODH, estabelecendo e aprimorando fluxos de comunicação; acompanhar os aspectos relativos à boa conduta profissional das equipes no que se refere à assiduidade, pontualidade, cumprimento de regras e realização do trabalho; participar dos processos seletivos dos profissionais juntamente com equipe de Recursos Humanos da organização parceira, observando os critérios do edital; produzir relatórios de prestação de contas, atentando para o cumprimento das metas pactuadas no convênio.	CLT	40 horas semanais.

1.10.1. A gestão dos recursos humanos caberá às organizações, que deverá notificar sempre com antecedência a Ouvidoria de Direitos Humanos acerca de mudanças na composição das equipes, bem como eventos funcionais que impactem a prestação de serviço.



1.10.2. Novas contratações, em decorrência de desligamento de colaboradores das organizações alocados nas equipes de atendimento do projeto, deverão observar os critérios de qualificação estabelecidos e, sempre que possível, aqueles apresentados quando do processo de seleção.

### 1.11. Detalhamento de despesas

O valor referencial para a consecução do objeto, por lote composto de dois núcleos, é de R\$ 409.000,00 (quatrocentos e nove mil reais).

O valor discriminado acima deverá ser utilizado para despesas de recursos humanos.

1.12. Valores referenciais para composição do custo do projeto deverá obedecer aos encargos previstos em lei.

<b>PLANILHA REFERENCIAL DE COMPOSIÇÃO POR ELEMENTOS DE DESPESAS DOS CUSTOS</b>				
<b>DO PROJETO</b>				
<b>I. Recursos Humanos</b>				
<b>Cargo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Salário</b>	<b>Total mensal</b>	<b>Total parceria</b>
Atendente	4	R\$ 1.795,36	R\$ 7.181,44	R\$ 172.354,56
Técnico – Serviço Social	1	R\$ 2.087,04	R\$ 2.087,04	R\$ 50.088,96
Técnico – Psicologia	1	R\$ 2.003,74	R\$ 2.003,74	R\$ 48.089,76
Técnico – Direito	1	R\$ 3.400,40	R\$ 3.400,40	R\$ 81.609,60
Interlocutor Técnico	1	R\$ 2.329,00	R\$ 2.329,00	R\$ 55.896,00
<b>SUBTOTAL</b>			<b>R\$ 17.001,62</b>	<b>R\$ 408.038,88</b>
<b>II. Encargos sociais</b>				
<b>Organização</b>			<b>Total mensal</b>	<b>Total parceria</b>
Organizações sem isenções				
Organizações com isenções				

SUBTOTAL			RS	RS
<b>TOTAL - Organizações sem isenções</b>				<b>RS</b>
<b>TOTAL - Organizações com isenções</b>				<b>RS</b>

## ANEXO IV - INSTRUMENTAL DE SUPERVISÃO TÉCNICA

### 1. Identificação:

- a. Supervisor: \_\_\_\_\_
- b. Equipe de atendimento:
1. \_\_\_\_\_
  2. \_\_\_\_\_
  3. \_\_\_\_\_
- c. Data da Supervisão: \_\_/\_\_/\_\_\_\_
- d. Unidade da Supervisão: \_\_\_\_\_

### 2. Avaliação:

- a. Geral: Somatória dos quesitos seguintes.

1. Muito Ruim (somatória menor que 6)
2. Ruim (somatória maior que 6 e menor que 9)
3. Adequado (somatória maior ou igual a 9 e menor que 12)
4. Bom (Somatória maior ou igual a 12 e menor que 15)
5. Muito bom (somatória igual a 15)

- b. Postura dos atendentes: [avalia a forma como os atendentes tratam a pessoa atendida, se a comunicação é polida, se é transmitida disponibilidade para escuta, se a pessoa se sente acolhida]

6. Muito Ruim
7. Ruim
8. Adequado
9. Bom
10. Muito bom

- c. Escuta qualificada: [avalia se os atendentes realizaram escuta qualificada e conseguiram identificar junto da pessoa atendida a sua demanda]

1. Muito Ruim
2. Ruim
3. Adequado
4. Bom
5. Muito bom

- d. Providências: [em face da demanda identificada, avalia a pertinência as providências tomadas, tais como registro de manifestação, orientação sobre acesso à serviços, encaminhamento com referência e contrarreferência para outros serviços, orientação sobre direitos]

1. Muito Ruim
2. Ruim
3. Adequado
4. Bom
5. Muito bom

### 3. Relatório fundamentado:

## **MODELO - ANEXO V - PROPOSTA DE PLANO DE TRABALHO**

### **Ficha de inscrição com dados do Proponente**

- Nome da Organização
- Razão Social
- CNPJ
- Endereço Completo
- E-mail
- Telefone
- Nome do Representante Legal, Cargo, CPF, Telefone e Email
- Histórico e experiência prévia da entidade relacionada ao objeto da parceria.

### **Descrição Técnica da Proposta (Conforme regras do edital)**

1. Identificação do lote a que se refere.

2. Introdução – discorrer acerca do objeto da parceria, apresentar dados que evidenciem a realidade, as características dos beneficiários diretos e indiretos, levando-se em conta a área de abrangência. Definir de forma clara e precisa o problema a ser enfrentado, bem como os objetivos da proposta de intervenção do serviço, descrevendo os resultados esperados após execução e conclusão das ações, de modo a permitir a análise de viabilidade de execução da proposta.

3. Justificativa geral da proposta – fundamentar sobre a pertinência e a relevância do(s) projeto(s) e atividade(s) como resposta ao problema proposto e os efeitos sobre seus beneficiários diretos e indiretos, destacando a importância dos resultados que se pretendem alcançar e outras argumentações que justificam a necessidade do Núcleo.

3. Projetos e atividades – descrever os projetos e atividades a serem realizados, os quais devem buscar resolver o problema proposto, serem capazes de atingir os objetivos propostos no Anexo IV - Referências para Proposta de Plano de Trabalho - e ofertar os serviços apresentados no mesmo anexo. Além disso, devem estar ordenados em uma sequência lógica e cronológica.

4. Atividades e cronograma – descrever as atividades a serem realizadas para a consecução dos objetivos elencados, em uma sequência lógica e cronológica, permitindo o acompanhamento pela SMDHC da execução do escopo da parceria. Para isso, necessário estabelecer prazos de execução viáveis e exequíveis para o desenvolvimento das atividades propostas, expressos em dias ou meses, em cronograma que contemple a execução de cada uma das etapas e seu planejamento.

5. Recursos humanos e apoio técnico – detalhar os cargos, atribuições e qualificação dos profissionais que serão envolvidos na execução do objeto da parceria, bem como indicar a possível existência de colaboradores ou parcerias já estabelecidas e articulações institucionais a serem realizadas.

6. Recursos materiais e infraestrutura física (quando couber) – indicar endereço do imóvel onde se dará a realização do objeto da parceria, bem como detalhar os recursos físicos, materiais e tecnológicos conforme Anexo IV – Referências para Proposta de Plano de Trabalho.

7. Metas e indicadores – apresentar as metas a serem alcançadas, contemplando as metas mínimas informadas no Anexo IV e metas complementares, bem como os indicadores e meios de verificação do cumprimento das metas propostas e acompanhamento e análise pela SMDHC.

8. Valores de referência – apresentar uma descrição detalhada das despesas referentes a cada item contemplado no Anexo IV – Referências para Proposta de Plano de Trabalho, bem como de outras a serem realizadas na execução das ações, incluindo encargos sociais e trabalhistas, e a discriminação dos custos

diretos e indiretos necessários à execução do projeto. Apresentar o valor global da proposta, considerando o valor total estimado no item “Detalhamento de despesas” do Anexo IV.

## ANEXO VI - DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

Declaro para os devidos fins, nos termos do art. 37 do Decreto Municipal no 57.575/2016, que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei no 13.019/2014. Nesse sentido, a citada entidade:

Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional;

Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

Não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

*Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5o, da Lei no 13.019/2014);*

Não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas no art. 39, **caput**, inciso IV, alíneas “a” a “c”, da Lei no 13.019/2014;

Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora e, por fim, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;

Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; e

Não tem entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.

Não há na organização da sociedade civil, dentre seus dirigentes, servidor ou empregado da Administração Pública Municipal direta ou indireta, bem como ocupantes de cargo em comissão;

Observação: Para os fins do artigo 39, inciso III, da Lei Federal no 13.019, de 2014, considera-se dirigente de órgão ou ente da Administração Pública o titular da unidade orçamentária, o Subprefeito, o Secretário Adjunto, o Chefe de Gabinete, o dirigente de ente da Administração Indireta e aqueles que detêm competência delegada para a celebração de parcerias.

São Paulo/SP, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

.....

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

## MODELO - ANEXO VII - MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO N°. \_\_\_\_/2019/SMDHC/ODH

**CONCEDENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

**PARCEIRA: XX**

**OBJETO: Gestão dos Núcleos de Atendimentos em Direitos Humanos, vinculados à Ouvidoria de Direitos Humanos da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, responsável pela coordenação e supervisão do serviço, implantadas nas subprefeituras da cidade, preferencialmente, em unidades do Descomplica SP**

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SMDHC**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob n°. 07.420.613/0001-27, com sede nesta Capital, no Edifício São Joaquim, na Rua Líbero Badaró n°. 119, Centro, São Paulo–SP, representada pela Senhora **Berenice Maria Giannella**, doravante denominada **CONCEDENTE**, e Organização da Sociedade Civil **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n°. **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, com sede nesta Capital, na **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, neste ato representado por seu Presidente, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador da Cédula de Identidade RG n°. **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrito no CPF/MF sob o n°. **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante designada simplesmente **PARCEIRA**, **RESOLVEM** firmar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, com fulcro na Lei n°. 13.019, de 31 de julho de 2014, no Decreto Municipal n°. 57.575 de 29 de dezembro de 2016, nas Portarias n°. 51, de 23 de abril de 2018 e n°. 86, de 29 de junho de 2018, nos autos do Processo Administrativo SEI n°. **6074.2019/0001836-5** e no Edital de Chamamento Público SMDHC n°. **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, que deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, mediante as cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### DO OBJETO

1.1. O presente termo de colaboração tem por objeto a **Gestão dos Núcleos de Atendimentos em Direitos Humanos, vinculados à Ouvidoria de Direitos Humanos da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, responsável pela coordenação e supervisão do serviço, implantadas nas subprefeituras da cidade, preferencialmente, em unidades do Descomplica SP.**

1.1.1. O Plano de Trabalho, constante no processo SEI nº. 6074.2019/0001836-5, sob o documento SEI nº. XXXXXXXXXXXX constitui parte integrante deste termo, na forma de Anexo Único.

1.2. São objetivos gerais desta colaboração:

1.2.1. Ampliar a capacidade da Secretaria Municipal de Direitos Humanos de recebimento e encaminhamento de denúncias de violações de direitos humanos e de promoção do acesso da população a direitos e serviços públicos.

1.3. São objetivos específicos desta colaboração:

1.3.1. Descentralizar o atendimento à população, ampliando a capacidade da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de recebimento e encaminhamento de denúncias de violações de direitos humanos e de promoção do acesso a direitos e serviços públicos;

1.3.2. Prestar atendimento especializado – psicossocial e jurídico – nos territórios, articulando com os demais serviços públicos a atenção integral e humanizada às demandas, sob a coordenação da Ouvidoria de Direitos Humanos da SMDHC;

1.3.3. Qualificar o diagnóstico das demandas territoriais a partir das informações produzidas pelos atendimentos de forma a subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas nas respectivas regiões da cidade;

1.3.4. Ampliar o acesso a informações e orientações sobre direitos humanos e serviços públicos voltados a populações em situação de vulnerabilidade, bem como fomentar reflexões e práticas inclusivas, não discriminatórias e protetivas de direitos humanos nos territórios.

## **CLÁUSULA SEGUNDA**

### **DO MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

2.1. A execução do projeto será monitorada e submetida a avaliações, conforme Lei 13.019/2014 e Decreto 57.575/2016, por meio de gestor, baseados em relatórios de atividades bimestrais acompanhados de listas de presença dos participantes nas atividades desenvolvidas, levantamentos de metas resultados alcançados e, nos momentos estipulados no Plano de Trabalho, a entrega de materiais produzidos, tudo a ser apresentado pela Parceira.

2.1.1. Os relatórios da execução física para a avaliação referida no item 2.1, deverão ser entregues ao gestor pela Parceira até o 10º dia corrido do mês subsequente ao da realização da atividade, devendo dispor sobre o alcance das metas e resultados indicados, a consecução dos objetivos e os indicadores qualitativos;

2.1.2. Para a avaliação, a Comissão de Monitoramento, constituída em conformidade com a cláusula 2.3, poderá convocar reuniões e solicitar esclarecimentos ou documentos adicionais para fins de verificar a perfeita realização do objeto e o cumprimento do constante no Plano de Trabalho.

2.2. A fiscalização será feita pela SMDHC, por meio de gestor designado pela SMDHC.

2.2.1. O gestor terá livre acesso, a qualquer tempo, a todos os locais, documentos, atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com a colaboração, devendo, entre outras atribuições da Lei 13.019/2014 e Decreto 57.575/2016, elaborar relatório contendo o registro da avaliação; exarar o ateste quanto à execução física; e emitir parecer técnico sobre a prestação de contas, tudo devidamente documentado e embasado.

2.2.2. O gestor promoverá vistoria, sempre que julgada necessária, registrando o ato em relatório próprio, que deverá ser juntado ao respectivo processo administrativo, na forma dos atos normativos em vigor.

2.3. A Comissão de Monitoramento e Avaliação será designada pela SMDHC, na forma do art. 48 do Decreto 57.575/2016 e Portaria n°. 46/SMDHC/2019.

2.3.1. A Comissão de Monitoramento e Avaliação analisará o parecer previsto no art. 59 da Lei 13.019/2014.

2.3.2. A Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá indicar de apoio técnico nos termos do § 1ª do art. 58 da Lei 13.019/2014.

### **CLÁUSULA TERCEIRA**

#### **DOS DEVERES DOS PARTICIPES**

3.1. São deveres comuns a ambos os partícipes do presente Termo:

3.1.1 Pautar-se nas diretrizes e nos objetivos da Lei Federal nº 13.019/2014;

3.1.2 Pautar-se sempre e exclusivamente pelo Interesse Público, que constitui o móvel para a presente COLABORAÇÃO;

3.1.2 Agir sempre em consonância com os princípios da Administração Pública, mais especificamente os da isonomia, legalidade, moralidade e impessoalidade, de forma que o objeto do presente não seja utilizado para finalidades outras que as aqui previstas, nem os nomes dos envolvidos manipulados de forma a garantir interesses diversos;

3.1.3. Divulgar suas participações na presente Colaboração, da forma mais adequada ao interesse da coletividade.

3.2. Compete à **PMSP – SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA:**

3.2.1 Repassar os recursos financeiros em conformidade com a cláusula Quinta infra, para fins de colaboração e apoio à execução das atividades do Projeto, no valor total de R\$ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx (xx);

3.2.2. Fiscalizar a execução do presente, avaliando o cumprimento do Plano de Trabalho estipulado, do cronograma de execução previsto e das ações finais estipuladas;

3.2.3. Examinar e manifestar-se, por meio do setor de Prestação de Contas, sobre as prestações de contas em conformidade com a cláusula Sexta infra.

3.2.4. Aprovar, excepcionalmente, mediante aditamento, alteração da programação da execução desta colaboração, por proposta da Parceira, devidamente fundamentada e formulada, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) dias antes do término de sua vigência, desde que preservadas a conveniência e oportunidade administrativas;

3.2.5. Monitorar, avaliar e fiscalizar a execução da colaboração, na forma da Lei Federal 13019/2014 e Decreto 57575/2016;

3.2.6. A fiscalização referida no Item 3.2.5 não impede o uso por parte da PARCEIRA de sistemas próprios de auditoria, sendo-lhe facultada a realização de fiscalização interna, paralelamente a realizada pelo Poder Público;

- 3.2.7. A fiscalização interna a que se refere o subitem anterior em hipótese alguma vinculará a Administração Pública, que permanecerá absolutamente livre nas suas análises e considerações;
- 3.2.8. Atestar, por meio da Comissão de Fiscalização, CAF e Divisão de Análise de Contas, a execução das metas e resultados, bem como a física e financeira para fins de repasse;
- 3.2.9. Publicar os extratos da colaboração e de seus aditamentos nos termos da cláusula décima primeira;
- 3.2.10. Conservar a autoridade normativa e assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto deste Termo de Colaboração, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade do serviço.

3.3. Compete à PARCEIRA – xxx:

- 3.3.1. Informar e orientar os beneficiários desta colaboração sobre sua existência, bem como da forma de participação no programa;
- 3.3.1.1. A participação será totalmente gratuita, vedada a cobrança, a qualquer título, de qualquer montante dos beneficiários, seja a que título for.
- 3.3.2. Executar o objeto pactuado na Cláusula Primeira deste Termo de Colaboração, em observância ao Plano de Trabalho, que integra anexo o presente (Anexo Único) excetuando quando as condições de desenvolvimento das atividades do projeto não estiverem garantidas pela SMDHC;
- 3.3.3. Iniciar as atividades necessárias à implementação do presente imediatamente após o início da vigência desta colaboração;
- 3.3.4. Aplicar no mercado financeiro os recursos financeiros transferidos, nos termos da Cláusula Quinta infra.
- 3.3.5. Prestar Contas Parcial e Final, nos moldes da cláusula Quinta infra, com demonstrativos, em especial, dos resultados alcançados e das metas atingidas;
- 3.3.6. Gerir os valores repassados de forma compatível com o Plano de Trabalho e o Interesse Público, respeitando sempre os princípios da Administração Pública;
- 3.3.7. Manter as condições de regularidade fiscal no decorrer de toda a vigência da colaboração;
- 3.3.8. Manter arquivada toda a documentação comprobatória da execução física do objeto da Colaboração e da aplicação dos valores transferidos em decorrência desta parceria, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas final. Durante esse prazo, a documentação ficará à disposição dos órgãos de controle interno e externo;
- 3.3.9. Indicar conta bancária específica para esta colaboração;
- 3.3.10. Transferir para a conta específica da colaboração os valores repassados, em até 48 (quarenta e oito) horas a contar da data do depósito na conta geral, sob pena de rescisão da colaboração;
- 3.3.11. Restituir aos cofres públicos o valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Municipal, observados os prazos e procedimentos constantes da Cláusula Quinta, nos seguintes casos:
- 3.3.11.1. Quando não for executado o objeto da avença por falta exclusiva da Parceira;
- 3.3.11.2. Quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas;
- 3.3.11.3. Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida nesta colaboração.



### 3.3.12. Recolher à conta da Parceira:

3.3.12.1. Os valores correspondentes a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha realizado aplicação;

3.3.13. Fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados e permitir o acompanhamento das ações pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, assegurando as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização, avaliação e monitoramento da execução e dos resultados desta colaboração;

3.3.14. Prestar os esclarecimentos solicitados pelo Egrégio Tribunal de Contas do Município, no atinente à execução física, realização e pagamento das despesas do objeto da presente Colaboração;

3.3.15. Responsabilizar-se por todos os tributos, encargos de natureza trabalhista e previdenciária dos agentes eventualmente envolvidos na execução do presente, independentemente de se tratar de emprego direto ou indireto;

3.3.15.1. Caso a PMSP/SMDHC, por qualquer circunstância, venha a ser acionada por responsabilidades da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, fica, desde logo, autorizada a proceder à denúncia à lide a PARCEIRA, que se obriga a assumir o pólo passivo da relação processual;

3.3.15.2. Na hipótese de o Poder Judiciário negar o pedido de denúncia a lide, a PARCEIRA se obriga a intervir como assistente da PMSP, ficando expressamente consignado que toda e qualquer condenação imposta por responsabilidades da fomentada ensejarão o direito de ingressar, imediatamente, com a medida cabível para a salvaguarda dos direitos da PMSP.

3.3.16. Manter o quadro técnico sob sua inteira responsabilidade nos termos da Cláusula Quarta.

3.3.17. Observar, em todas as atividades decorrentes do presente, no que couber, os ditames da Lei Federal nº. 13.019 de 31 de julho de 2014, Decreto nº 57.575/2016 e demais dispositivos legais que regem a matéria.

3.3.18. Divulgar o projeto de forma a possibilitar o maior acesso possível aos interessados, aos quais serão dispensados tratamentos em plena sintonia com o princípio da igualdade.

3.3.19. Os bens remanescentes decorrentes de recursos públicos serão revertidos em favor da SMDHC, ao término da parceria ou no caso de extinção da organização da sociedade civil parceira.

3.3.20. Agir sempre de forma que o objeto do presente não seja utilizado para finalidades que não as definidas nesta Colaboração, nem os nomes dos envolvidos manipulados de forma a garantir interesses diversos.

3.3.21. Prever a realização de 02 (duas) visitas técnicas semanais in loco, utilizando, quando necessário para deslocamento do Técnico, automóvel de aluguel via aplicativo, com estimativa de 03 (três) horas de locomoção, limitada a área de atuação, utilizando-se 30 (trinta) quilômetros por horas e, portanto, 90 (noventa) quilômetros por dia, 180 quilômetros por semana e 900 quilômetros por mês.

3.3.22. Para comprovação destas despesas o usuário deverá apresentar, em cada caso, relatório impresso fornecido via WEB pela prestadora do serviço, assinado pelo usuário e aprovado pelo representante legal da OSC.

3.4. Para acompanhamento e controle do fluxo dos recursos e das aplicações, inclusive avaliação dos resultados da Colaboração, a PARCEIRA apresentará relatórios parciais de metas e resultados, bem como de execução físico-financeira, bimestrais, e relatório final, sem prejuízo da fiscalização indispensável sobre a execução local, consoante previsões nos Itens 2.1.1, 5.3.1 e 5.3.2.



5.3. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL obriga-se à Prestação de Contas trimestral, semestral e Final de todos os recursos recebidos do Município, inclusive dos rendimentos das aplicações financeiras.

5.3.1 A prestação de contas deverá ser feita em observância ao disposto na Portaria SMDHC 51/2018 e no Decreto nº 57.575/2016, combinado com a Lei 13.019/2014, competindo unicamente à Administração Pública decidir sobre a regularidade, ou não, da aplicação dos recursos transferidos a organização da sociedade civil proponente;

5.3.2 A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica, permitindo a visualização por qualquer interessado.

5.3.3 Na falta da plataforma eletrônica, ao tempo de prestá-las, os documentos e relatórios da prestação de contas deverão ser entregues em versão impressa e protocolada na Divisão de Gestão de Parcerias, do Departamento de Parcerias da SMDHC. Além disso, todos os documentos pertinentes à prestação de contas também deverão ser enviados por correio eletrônico para [prestacaodecontassmdhc@prefeitura.sp.gov.br](mailto:prestacaodecontassmdhc@prefeitura.sp.gov.br), na mesma data da entrega da versão impressa.

5.3.4 As organizações da sociedade civil, para fins de prestação de contas parciais e finais, deverão apresentar os seguintes documentos:

5.3.4.1 De entrega trimestral, em até 15 (quinze) dias após o término do trimestre:

<>demonstrativos de conciliação bancária mensal, acompanhados dos respectivos extratos mensais da conta bancária específica da parceria;demonstrativo consolidado de movimentação financeira trimestral;demonstrativo de memória de cálculo mensal de rateio de despesas, quando houver;demonstrativo consolidado de execução de contrapartidas trimestral;demonstrativo mensal de despesa com recursos humanos;relatório impresso fornecido via WEB pela prestadora do serviço, assinado pelo usuário e aprovado pelo representante legal da OSC.

5.3.4.2. De entrega semestral, em até 30 (trinta) dias após o término do semestre:

<>relatório parcial de cumprimento de metas e execução do objeto (Anexo 05);comprovantes do recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas: FGTS (incluindo a guia GPS - GFIP e SEFIP), INSS, IR e PIS, incluindo as guias referentes aos prestadores de serviço – Pessoa Física, conforme o caso;cópia dos contratos de prestação de serviços (pessoa Física e Jurídica) firmados com recursos da parceria.relatório final de cumprimento de metas e execução do objeto; comprovante de recolhimento de saldo da conta bancária; edemonstrativo de cálculo de rescisões, quando houver**CLÁUSULA SEXTA**

## **DO EXAME E JULGAMENTO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS**

6.1. As Prestações de Contas Parcial e Final deverão ser apresentadas nos prazos estabelecidos neste instrumento e examinadas pelo Gestor, após manifestação técnica do Departamento de Parcerias.

6.2. O Gestor emitirá Parecer Técnico quanto à execução física e quanto à execução financeira da colaboração.

6.3. Caso a administração pública constante, na análise do processo de prestação de contas semestral e/ou final ou durante o acompanhamento da execução da parceria, o descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho, a OSC deverá entregar o Relatório de Execução Financeira - Anexo 07 da Portaria nº. 51/2018.

6.4. O relatório de execução financeira da parceria citado no item 6.3, deverá seguir o modelo do anexo, evidenciando:

< >a comprovação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, apontando sua vinculação com a execução do objeto e a observância do plano de trabalho; cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da organização executante da parceria e do fornecedor e indicação do produto ou serviço, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos de custeio de uma mesma parcela da despesa; cópia dos comprovantes de pagamento. **CLÁUSULA SÉTIMA**

## **DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

7.1. Este Termo de Colaboração poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, observada a obrigatoriedade do cumprimento dos compromissos até então assumidos; rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições ou superveniência de norma legal ou de fato que o torne impraticável ou inexecutável ou, ainda, por consenso dos partícipes, nesta última hipótese, desde que mediante notificação expressa com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

7.2. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da colaboração, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos a Concedente, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de serem tomadas providências administrativas, cíveis e criminais contra a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e seus dirigentes pela Secretaria Municipal de Justiça.

7.3. Constitui motivo para rescisão da colaboração o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada:

7.3.1. A utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

7.3.2. A aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com a regulamentação;

7.3.3. A falta de apresentação das prestações de contas, nos prazos estabelecidos.

7.4. A Colaboração poderá ser rescindido unilateralmente, de pleno direito, a critério da Administração, por irregularidades constatadas, referentes: à administração dos valores recebidos; à execução do Plano de Trabalho aprovado; ao cumprimento dos critérios estabelecidos na colaboração; e à manutenção da regularidade fiscal.

## **CLÁUSULA OITAVA**

### **DO ENCONTRO DE CONTAS**

8.1. Na hipótese de denúncia antecipada, responderá o partícipe pela falta, promovendo-se, para tanto, o devido Encontro de Contas, em que será apurada a necessidade de eventual devolução da verba repassada ou responsabilização por má gestão da verba pública, sem prejuízo da aplicação das demais disposições constantes deste Termo.

## **CLÁUSULA NONA**

### **DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

9.1. O presente Termo de Colaboração vigorará pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de sua assinatura.

9.2. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da Colaboração, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à SMDHC no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de serem tomadas providências administrativas, cíveis e criminais contra a PARCEIRA e seus dirigentes.

## **CLÁUSULA DÉCIMA DAS PENALIDADES**

10.1. O não cumprimento das cláusulas da colaboração, bem como a inexecução total ou parcial do Plano de Trabalho aprovado configuram irregularidades passíveis das seguintes penalidades, aplicadas cumulativamente e/ou progressivamente, além de outras previstas pela SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA:

10.1.1. advertência;

10.1.2. suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

10.1.3 declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;

10.2. Sem prejuízo das penalidades previstas no termo de colaboração, poderá a administração, conforme o caso, determinar a suspensão do pagamento e rescisão do termo de colaboração.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA PUBLICIDADE**

11.1. Fica vedada a qualquer dos partícipes a divulgação das ações envolvidas no presente com finalidade egoística ou incompatível com a vislumbrada neste Termo.

11.2. Toda e qualquer divulgação será feita em respeito aos interesses da coletividade, ficando vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens, que, de alguma forma, descaracterizem o Interesse Público e se confundam com promoção de natureza pessoal de agentes públicos ou dos dirigentes da Parceira.

11.3. Toda e qualquer veiculação, divulgação ou referência ao projeto deverá trazer, obrigatoriamente, e de forma clara e visível, a atividade de colaboração desempenhado pela Administração Pública da Cidade de São Paulo.

11.4. Tanto a concedente como a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL estão autorizados a apresentar o projeto em congressos, seminários e eventos públicos de interesse social e educacional, divulgar textos e imagens, em material impresso ou na web, sempre citando a parceria SMDHC e  
XX.

11.5. Todo material produzido será de propriedade de SMDHC.

11.6. O extrato do termo de colaboração e de seus termos aditivos deverão ser publicados no Diário Oficial da Cidade e no site da SMDHC, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

### DO FORO

12.1. Para dirimir controvérsias eventualmente resultantes da execução das ações implementadas, os partícipes elegem o Foro da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual, lido e achado conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, que vão assinadas pelas partícipes e duas testemunhas abaixo nomeadas e identificadas, para que produza seus efeitos legais e jurídicos, em Juízo ou fora dele.

São Paulo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

**BERENICE MARIA GIANNELLA**

**Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**Presidente**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

<b>Testemunhas:</b>	<b>Testemunhas:</b>
<b>1.</b>	<b>2.</b>
<b>Nome:</b>	<b>Nome:</b>
<b>RG</b>	<b>RG</b>

**MODELO - ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE CONTA CORRENTE**

\_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o n. \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_, com sede a \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu(ua) \_\_\_\_\_ (representante legal), o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, (nacionalidade), (estado civil) e (profissão), portador(a) da cédula de identidade RG n. \_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_ e inscrito(a) no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. \_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_, com endereço a \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, **declara que:**

1. A conta bancária geral para a parceria já cadastrada no Banco do Brasil será agência n. \_\_\_\_\_, conta corrente n. \_\_\_\_\_;
2. A conta bancária específica para a parceria será Banco \_\_\_\_\_, agência n. \_\_\_\_\_, conta corrente n. \_\_\_\_\_;
3. Compromete-se a transferir os recursos públicos para a conta específica no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da data do depósito na conta geral.
4. Está ciente que as contas correntes aqui indicadas, não poderão ser alteradas durante a vigência da parceria, salvo por mo vos alheios à vontade da Parceira.

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

.....  
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

**MODELO - ANEXO IX - DECLARAÇÃO PARA FINS DE ATENDIMENTO AO ARTIGO 7º DO DECRETO Nº 53.177 DE 04/06/2012 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO****1. IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO E DO DIRIGENTE DECLARANTE:**

NOME DA OSC:

CNPJ:

CARGO:

DATA DA POSSE:

PERÍODO DO MANDATO:

**2. DECLARAÇÃO:**

DECLARO ter conhecimento de que todas as emendas sem fins lucrativos para fins de firmar convênios, termos de parceria, contratos de gestão e instrumentos congêneres ou para, por qualquer outra forma, receber verbas de órgãos da Administração Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, deverão comprovar, para a assinatura do instrumento, bem como sempre que houver aditamento ou prorrogação/renovação do ajuste, que os diretores da organização não incidem nas vedações constantes do artigo 1º do Decreto no 53.177, de 04 de junho de 2012.

DECLARO que atendo aos mesmos parâmetros de probidade dos agentes públicos, nada havendo em minha conduta que possa levar a improbidade na Administração Pública.

DECLARO, ainda, sob as penas da lei, em especial aquelas previstas na Lei Federal no 7.115, de 29 de agosto de 1983, e no ar go 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

(assinatura)

.....  
Nome Completo:

RG:

CPF:

---

**Referência:** Processo nº 6074.2019/0001836-5

SEI nº 019109615